

Terra Brasilis

Terra Brasilis (Nova Série)

Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

6 | 2004
Representações Geográficas

A Expedição do Planalto

Notas para uma história espacial de Brasília

Jens Andermann

Tradutor: Aquiles Alencar Brayner



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/368>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.368

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2004

ISSN: 1519-1265

Referência eletrónica

Jens Andermann, « A Expedição do Planalto », *Terra Brasilis* [Online], 6 | 2004, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/368> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.368

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

A Expedição do Planalto

Notas para uma história espacial de Brasília*

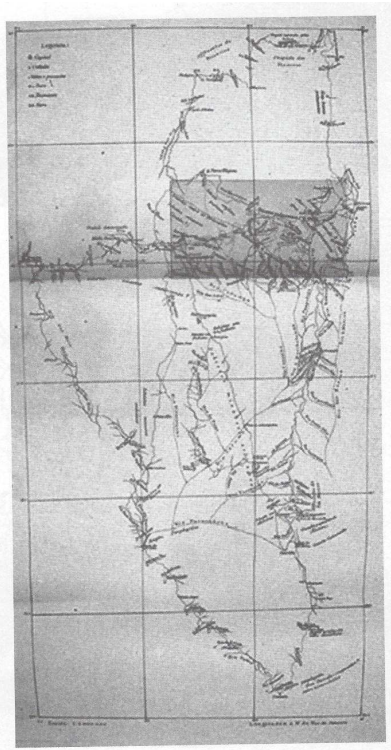
Jens Andermann

Tradução : Aquiles Alencar Brayner

- 1 A história de Brasília, como se sabe, inverte a narrativa da torre de Babel: em lugar de empregar a ciência do arquiteto para elevar a visão humana às alturas divinas do conhecimento omnividente, os criadores da capital desenvolvimentista do Brasil diretamente *pressupõem* a plataforma de visão que, segundo o mito bíblico, havia materializado a ambição pecaminosa do homem. A cruz axial em forma de aeroplano sobre a qual Lúcio Costa havia mapeado a paisagem urbana modernista, parece condensar de uma maneira alegórica a noção de uma utopia perspectivista que se tornara possível através do progresso tecnológico ao mesmo passo de reconectá-la à sua origem religiosa. Neste artigo proponho uma crítica ao mito de origem modernista sugerido no *Plano Piloto* de Costa e no gesto de auto-genêsis que tal plano promulgava, ao referir-me novamente ao *começo histórico* da sua retórica fundacional (começo, no sentido indicado por Edward Said, de uma partida consciente da tradição que se realiza ao estabelecer as relações de continuidade e antagonismo em relação com todo o precedente).¹ Mais especificamente, pretendo analisar neste artigo a construção do ‘planalto central’, enquanto centro predestinado do Brasil e futuro local da sua cidade capital, pelos governos militares que sucederam a deposição da monarquia em 1889, como uma maneira de re-inaugurar simbolicamente o estado através de um ‘retorno à fonte’, ao centro perdido, ao espaço natal. O meu objetivo é indicar o processo ritualístico de territorialização que se desenvolve através da ‘exploração’ deste cenário super-determinado e de sua representação enquanto missão geográfica, ritual de veneração ao estado que terminará por gerar, à meados do século XX, a mudança efetiva da capital federal. O mapeamento, em 1894, de um retângulo vazio no interior do país, na região de Goiás, seguindo o estudo previo e metucioso, medição e fotografia dos seus limites e demarcamentos, será analisado enquanto uma inscrição topológica da zona de indiferenciação entre *physis* e *nomos* sobre a qual foi erguida a soberania espacial.
- 2 Em 1892 o governo republicano havia encarregado a Luiz Cruls, o então diretor do Observatório Nacional no Rio de Janeiro e professor de geodesia e astronomia da Escola

Superior de Guerra (onde contava entre os seus discípulos a Euclides da Cunha) com “a missão de explorar o Planalto Central do Brasil e nêle demarcar a área que, segundo o que prescreve a Constituição, deve ser reservada ao futuro Distrito Federal, e aí ser oportunamente mudada a nova capital da União”². Dois anos antes, a Assembléia Constituinte havia aprovado a proposta, sob o artigo 3 da nova constituição, de mudança da capital federal para o Planalto Central; em 1891, o governo militar de Deodoro da Fonseca liberou fundos de mais de 250.000 réis para uma expedição que contava, além da presença de Cruls, com dois astrônomos, dois médicos, cinco secretárias assistentes, um farmacêutico, um botânico, dois engenheiros mecânicos, quatro muleteiros, um oficial de comando e dois oficiais subalternos. O total do equipamento, incluindo teodolitos, sextantes, cronômetros, barômetros, câmara e laboratório fotográficos, ocupavam 206 caixas e pesavam quase 10.000 quilos (PCB: 66-67). Em 6 de junho de 1892, os expedicionários partiram de trem do Rio de Janeiro à Uberaba, Minas Gerais, de onde seguiram sua jornada em direção ao Oeste através das antigas cidades de Goiãs, Catalão e Pyrenopolis, cobrindo uma distância total de 4.373 quilômetros. No seu retorno ao Rio de Janeiro, tendo cumprido “os trabalhos de gabinete” (PCB: 58), a Comissão lançou seu relatório em dois tomos de luxo, publicados conjuntamente pela impressora do Observatório Nacional e a prestigiosa casa editorial de Lombaerts, numa edição bilingue em português e francês. O primeiro tomo apresentava o informe da Comissão com seções especiais cobrindo os aspectos geológicos, botânicos e climáticos da região, tudo suntuosamente ilustrado através de imagens fotográficas;³ o segundo, intitulado *Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais, e da Zona Demarcada*, continha 69 ilustrações dos caminhamentos com os perfis correspondentes à altitude, planos topográficos das cidades e povoados da região, seguidos de dois mapas indicando a posição do proposto distrito federal e sua relação com a trajetória da expedição.⁴ Sobrepostos à superfície branca dos mapas havia uma sombra de forma retangular, entrecruzada por linhas azuis indicando as áreas fluviais e linhas vermelhas apresentando os itinerários da expedição e assinalando a área que havia sido escolhida para se tornar no centro da República Brasileira.

Figura 1: Mappa dos itinerários levantados (1894)



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL, MAPPA DOS ITINERÁRIOS LEVANTADOS, COM A INDICAÇÃO DA ZONA DEMARCADA E DA CONSTITUIÇÃO GEOLÓGICA DA REGIÃO EXPLORADA, 1894.

Em: Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, *Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada*. Publicado por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts / C. Impressores do Observatorio, 1894.

- 3 Em sua perspicaz análise sobre a super-codificação colonial do Egito, Timothy Mitchell se refere ao *efeito de molduragem* (*effect of enframing*) como uma maneira de produzir uma ordem invisível, distribuída pelo tecido social inteiro, mas que possa ser sempre trazida à superfície através da adaptação cuidadosa do ponto de vista: o mundo material, argumenta o autor a partir da noção de mundo-quadro (*Weltbild*) proposta por Heidegger, “se mostra ao observador enquanto uma relação de quadro e realidade, o primeiro presente mas secundário, o outro somente representado, mas antecedendo-o como mais original, mais real.”⁵ A molduragem, então, passa a ser uma maneira de apresentar o espaço de uma forma neutra, uma tela inerte sobre a qual a produção da ordem possa se manifestar: “A molduragem é um método que consiste na divisão e contenção, como na construção de quartéis ou na reconstrução de cidades, cuja operação se dá pela evocação de uma superfície neutra ou volume chamado ‘espaço’ [...] Os planos e dimensões introduzem o espaço enquanto coisa aparentemente abstrata e neutra, uma série de molduras inertes ou recipientes”⁶. O que pretendo discutir neste artigo é justamente esta construção de uma moldura espacial a qual, demarcando um centro providencial, também engloba e supercodifica o próprio espaço em que esta inscrição ou extirpação ocorre, enquanto espaço excluído e redirecionado à sua geometria ideal que se apresenta enquanto cifra de uma simultânea ‘tomada de terra’ (*Landesnahme*) e ‘tomada do exterior’ (*Ausnahme*), a qual em termos schmittianos constitui o *nomos* soberano.⁷ Ao mesmo tempo, esta inscrição auto-implicante (a qual por conseguinte tem de referir a si mesma

sempre em termos de um re-encontro, reprodução de algo que já espera o olhar ordenador que eventualmente é lançado sobre ela) será mostrada enquanto o resultado de práticas complexas invocação ‘mágica’, envolvendo não somente a cartografia e a obcecação de vistas fotográficas, mas também diversas formas narrativas, nemónicas, dramáticas e críticas que se tornam invisíveis –ou que são ativamente enterradas sob o centro vazio da superfície branca do mapa– uma vez que a operação de molduramento tenha sido completada. Todavia, a vítima da reificação topográfica perpetrada pelo mapa não é somente a prática da sua própria produção *no espaço* senão, ainda mais importante, as práticas locais *do espaço* –de moradia, viagens, agricultura, possessão, narrativa–, marcas que precisam ser apagadas para produzir um vácuo de representação, um esvaziamento constitutivo. A metalinguagem geográfica do Estado soberano, levada a cabo por este molduramento das práticas do espaço, se apoia sobre a dupla invocação de ‘natureza,’ enquanto mandato telúrico no qual a forma de soberania já se encontra codificada, e quanto num excesso permanente desta mesma ordem que tem de ser restrita através de medidas da engenharia geográfica. Como veremos mais adiante, os principais (e mais básicos) tropos visuais de emolduração do espaço são a linha e o retângulo.

- 4 Diferente de Lúcio da Costa uns sessenta anos mais tarde no seu plano piloto para Brasília, Luiz Cruls começou o seu informe pela expedição do Planalto não pela inscrição de uma superfície branca e atemporal, num auto-consciente ritual mítico de fundação mas, ao contrário, por uma *revisão histórica* das propostas prévias: “Os autores –escreve– que se têm ocupado com êste projeto são unânimes em considerar [para a nova capital do Brasil] a zona onde têm os mananciais os rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Paraná, isto é, sôbre o planalto central...” (PCB: 59). O mapeamento feito por Cruls do centro do Estado-nação, então, é um exercício tanto histórico quanto geográfico: não se trata meramente de localizar as fontes dos rios, mas de consultar àquelas nos arquivos, de retornar às origens do discurso nacional – uma jornada ‘rio acima’ através do tempo para ser eventualmente repetida no espaço, numa conjectura crono-espacial que resultará no estabelecimento do centro do Estado.
- 5 Se, no Brasil, a noção de independência não estivera somente vinculada ao começo heróico de um *tempo* nacional, mas com a preservação da ordem após a dissolução do poder colonial, a ênfase devia ser posta na integridade duma base territorial precedente à qualquer construção política mantida sobre ela. A cartografia colonial tinha desenvolvido, com o objetivo de legitimar as infracções contínuas ao vértice de Tordesilhas pelos portugueses na sua expansão rumo ao oeste, a tradição pictórica da *Ilha-Brasil*, arrodada pelas águas do Amazonas, do Paraná e de seus afluentes, os quais, tal como se acreditava na época, emanavam de uma grande lagoa situada no coração do continente.⁸ Durante o século XIX, a cartografia brasileira iria manter com insistência esta ficção de encapsulamento aquático, afirmando ainda que pelo menos alguns afluentes menores dos rios Paraná e Guaporé se encontravam no interior pouco explorado do oeste da nação. Enquanto isso, o indianismo romântico na história e literatura tentava reforçar a noção de uma coesão e autonomia territoriais, usando como argumento a unidade cultural de um Brasil indígena, anterior à colonização portuguesa, supostamente unificado pelo uso comum de uma língua geral, o tupí, antes mesmo da chegada de Cabral. O objetivo destas idéias era de mostrar um ‘espaço brasileiro’ que houvesse precedido à ‘história brasileira’, a qual teria desenvolvido-se precisamente ao manifestar o destino espacial que ambas ‘natureza’ e ‘cultura’ já lhe haviam concedido. O discurso dos ‘limites naturais’ estava sendo defendido com tenacidade pela diplomacia imperial, com o intuito de manter o

direito do Brasil sobre a margem norte do Rio da Prata –resultando eventualmente na independência da Banda Oriental– e de resolver as questões limítrofes pendentes com os seus vizinhos sul-americanos, questões sobre as quais o Brasil (graças em grande parte à sofisticação obtida pela disciplina da geografia histórica) conseguiria sucessos excepcionais.

- 6 A importância do pitoresco para o discurso nacional brasileiro na primeira metade do século XIX se origina exatamente nesta função atribuída à natureza. A viagem pitoresca exemplificava uma atitude de pesquisa científica e empatia estética voltadas à natureza, refletindo desta maneira o caráter dualístico do Estado que, tendo a natureza como um dos seus princípios de legitimidade (o outro sendo a continuidade dinástica da linhagem dos Braganças), também exercia sobre ela uma autoridade civilizatória benigna. Talvez pudéssemos descrever o discurso naturalista do Império brasileiro como a versão Habsburguiana da mitologia fronteira americana: não tanto a transformação mutual de uma selvageria violenta e primordial e uma população nômade e libertária, mas o dócil, e até mesmo sensual, encontro entre duas ordens imperiais. A natureza pitoresca era o local de convergência entre espaço natural, político e estético; é somente mais tarde que uma variante mais agressiva do tema natureza-sociedade vai ser elaborada através do tropo da aclimação, ou seja, pela introdução de uma subjetividade européia nos trópicos e sua transformação pelo ambiente, idéia que suportava a mitologia do bandeirante. A crescente importância deste mito, originalmente uma épica regional de ocupação e expansão territorial, não somente refletia a influência cada vez maior do próspero estado imigrante, São Paulo, numa escala nacional, mas também expressava uma mudança discursiva originada na década de 1870, na qual a atitude refinada e contemplativa do pitoresco cedia lugar a uma postura mais abertamente utilitária em relação à natureza, concebida cada vez mais em termos quantitativos como um reservatório de recursos comerciáveis. A cartografia estava sendo utilizada não somente para mapear as fronteiras ‘naturais’ do império mas servia sobretudo enquanto ferramenta para abrir a vasta selva refugiada além das montanhas litorâneas, numa resposta à crescente demanda de terras para a plantação cafeeira e, mais geralmente, por matéria-prima e produtos agrícolas diversificados. Neste mesmo período em que os sanitaristas urbanos começavam a desenvolver em grande escala campanhas sanitárias nos bairros populares, um novo discurso de engenharia geográfica viria a conceber o espaço nacional enquanto um organismo territorial saturado de uma inércia colonial e precisando, desta maneira, de uma intervenção tecnológica, um discurso que olhava para uma natureza aporética que fosse ao mesmo tempo fonte e obstáculo ao progresso. O próprio Luiz Cruls, num artigo publicado em 1901 no jornal *Federação*, argumentava que uma intervenção cautelosa da engenharia sanitária sobre a natureza poderia melhorar até mesmo a floresta amazônica cujas condições naturais pareciam a primeira vista inóspitas:

O clima de uma região não constitui, aliás, um elemento de caráter imutável; pode com o tempo modificar-se, ora para melhor, ora para pior, o que depende, essencialmente da natureza da intervenção humana; não é certamente, em derrubar as matas, ou movimentando o subsolo, que se conseguirá melhorá-lo, e para aumentar a salubridade de uma região, as próprias condições locais, considerada sob o ponto de vista da constituição dos terrenos, e da distribuição natural das águas, atendendo aos pretextos de higiene pública, mostrarão o que convém fazer ou deixar de fazer. Não é justo atribuir exclusivamente à Natureza um estado de coisas que cabe ao homem uma grande parte de responsabilidade.⁹

- 7 Nesta passagem entre ‘natureza’ e ‘a natureza da intervenção humana’, muda-se o tom de um providencialismo romântico à agência transformadora e ativa do geógrafo; mesmo se

ainda não desaparece por completo a velha história natural pitoresca com o seu jogo de espelhos refletindo a harmonia e equilíbrio essencial entre natureza e monarquia. De fato, se a ‘melhoria’ e o ‘progresso’ dependia agora da razão distributiva do geógrafo, o seu método consistiria numa hermenêutica ecológica, no deciframento de uma intenção imanente, codificada nas próprias condições naturais.

Engenhando a ‘natureza’

- 8 O caráter aporético que estava profundamente implicado nesta noção de natureza aparece manifesto na introdução do informe de Cruls sobre a expedição do Planalto. Seu objetivo, escreve ele, era o de “aponta[r] a região do Brasil assinalada, por assim dizer, pela natureza, como devendo um dia tornar-se a sede de uma nova capital” (PCB: 50). Se a natureza, por um lado, tivesse já pronunciado o seu veredicto, a intervenção do geógrafo seria então necessária para interceptar este ‘sinal’ da natureza e fazê-lo ressoar na forma do Estado. “Vejamos, em primeiro lugar –Cruls invita seus leitores–, qual o sentido das palavras do art. 3º da Constituição, onde se encontra a expressão *planalto central do Brasil*” (PCB: 50). A maior luta a ser travada seria, então e antes de mais nada, contra o caráter elusivo da própria referência, e o objetivo o de prover uma ‘expressão’ que definisse a si própria enquanto ‘constitutiva’ com uma presença auto-suficiente e auto-revelante. O desafio, em outras palavras, seria da ordem do ritual, da invocação. Tal qual o sugerido por Deleuze e Guattari, o engenheiro é o técnico que media entre o espaço liso e sulcado, entre o espaço nacional e aquele que este espaço exclui e que ao mesmo tempo presume, um organizador e neutralizador dos fluxos de energia que alimenta ao mesmo tempo que surge enquanto ameaça potencial à própria reprodução do poder estatal.¹⁰
- 9 Conforme o indicado anteriormente, Cruls finalmente vai posicionar o significado espacial do mandato constitucional na intersecção entre a historiografia e a hidrografia, no espaço onde o centro geométrico do mapa se aproxima à origem providencial e ponto de chegada na questão da identidade nacional, isto é, entre as fontes de suas grandes vias fluviais. Na verdade, considerando que os sistemas fluviais amazônico e paranaense se formam a partir de afluentes que emanam de fontes distantes umas das outras, a escolha de rios relativamente menores como ‘origem,’ baseando-se sobre a sua proximidade mutual, representa uma leitura do espaço baseada nas mesmas lendas territoriais que vão se mostrar supostamente confirmadas por este espaço. Além disso, como o próprio Cruls chega a admitir, a nomenclatura do ‘planalto’ poderia ser utilizada quase que indiscriminadamente para toda a região interior do país que se estendesse além das montanhas litorâneas (uma pluralidade de sentidos que se encontra também presente no termo vernacular ‘sertão’):
- Este planalto ocupa grande parte dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, parte menor do de Goiás, e estende-se, sob forma de faixas estreitas, uma na Bahia, a leste do rio São Francisco, outra ao oeste deste mesmo rio, até os limites do Estado de Goiás com os do Maranhão e do Piauí, outra, finalmente, ao longo do litoral, em direção ao sul, até o Rio Grande. Eis, em traços largos, a configuração geral do planalto brasileiro que nos interessa diretamente. (PCB: 50)
- 10 Nesta monumental síntese geológica, temos não somente um exemplo fundamental da retórica da onisciência escópica a qual Michel de Certeau, de maneira eloquente, nos chama a atenção mas, sobretudo, um ‘tornar-se presente’ de um organismo territorial através da invocação das suas partes constituintes.¹¹ O ‘planalto central’ se torna aqui

uma necessidade geográfica, ele *deve* espalhar-se até os extremos limites do norte e sul porque aparece concebido enquanto um articulador territorial que liga os membros individuais do espaço nacional num corpo territorial único; é neste ponto geométrico nulo, e não em alguma outra unidade espacial abarcada pelo espaço nacional, que a cidade capital enquanto personificação, catacrese urbana, do vínculo nacional terá de ser localizada. Uma vez que esta localidade matemático-histórica, e portanto abstrata, haja sido fomentada, porém, será novamente o discurso da paisagem que entra em cena, confrontando o apreciador num plano horizontal, que confirma na sua plenitude pitoresca a escolha do geógrafo. Cruls, sendo um escritor de vocação limitada para a narrativa, vai pedir auxílio a outro expatriado e membro da Comissão, o botânico francês e administrador principal dos parques do Rio de Janeiro, Auguste Glaziou, para escrever as maravilhas da área designada. A carta que traz a resposta de Glaziou ao pedido de Cruls – com o cabeçalho indicando o local e data “Planalto Central do Brasil, 16 de novembro de 1894” – descreve com devido entusiasmo uma cena pitoresca com colinas levemente onduladas, vales suaves e fontes de águas límpidas, observados desde a perspectiva de um turista à passeio. A associação às paisagens dos parques franceses e britânicos –o berço arquetípico da natureza pitoresca– nunca fica longe, como se pode perceber pela maneira em que Glaziou distribui artisticamente em seu relato as paisagens em primeiro plano e os seus horizontes realçando também o seu potencial de matérias primas possíveis de ser exploradas. Ainda assim, numa mudança de tom final e brusca, o cientista admite a sua própria incapacidade e a necessidade do pincel artístico para oferecer de maneira fidedigna o belo produto que ele tenta capturar através da sua descrição paisagística. A descrição passa a ser então, ou a produzir, o sublime e o indescritível cujo ‘mistério’ vem a preencher justamente o potencial de exploração da área, a sua promessa de utilidades excedentes:

O aspecto das regiões até hoje percorridas é de um país ligeiramente ondulado, lembra-me o Anjou, a Normandia e mais ainda a Bretanha, exceto todavia na direção oeste onde campeia a serra dos Pireneus, tão pitoresca. A leste, estende-se o belo e grandioso vale que vai prolongando-se até aos pequenos montes do rio Parnauá, ramificando-se em outros pontos, em tôdas as direções. Esta planície imensa, de superfície tão suavemente sinuosa, é riquíssima de cursos de água límpida e deliciosa que manam da menor depressão do terreno. Essas fontes, como os grandes rios que regam a região, são protegidas por admiráveis capões aos quais nunca deverá golpear a machada do homem, senão com a maior circunspeção. São magníficos de verdura os pastos e certamente superiores a todos os que vi no Brasil Central. Todos êsses elementos cuja disposição se podia atribuir à inspiração de um artista sublime dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável, a não ser em miniatura os antigos parques ingleses, desenhados por Le Notre ou Paxton. Tão profundamente gravou-se-me na memória a beleza do clima que de contínuo o tenho na mente. (PCB: 54)

- 11 Se o pitoresco podia então gerar uma gramática visual para a sulcagem dos horizontes ‘selvagens’ e ‘sem lei’ os quais deveriam vir a ser organizados em um itinerário, se ele permitisse ainda a ‘domesticação do espaço’ introduzindo assim de modo tranquilizador a referência metonímica à casa e ao retorno, o seu uso no informe da Comissão de Cruls, que tinha como objetivo promover a paisagem do ‘planalto’ enquanto um emblema do futuro progresso e riqueza do Estado-nação, não estava isenta de riscos. Se o planalto ‘em modelo de parque’ se expunha ao viajante enquanto paisagem doméstica e convidativa, isto se dava, evidentemente, ao processo de colonização e assentamento que vinha se estabelecendo durante séculos: o centro vazio era, de fato, um lugar já povoado desde a época colonial, que havia sido fadado ao esquecimento após uma febre passageira do ouro

nos começos do século XIII.¹² Muitos dos membros da Comissão se referiam de maneira favorável ao asseio e tranquilidade das cidades e povoados de Goiás, Formosa, Pyrenopolis e Catalão. O médico da expedição, Antônio Pimentel, havia enfatizado ainda a quase total inexistência da tuberculose e de outras doenças contagiosas que haviam se tornado o flagelo de muitas cidades litorâneas. Eugênio Hussak, geologista da Comissão, havia inspecionado pessoalmente algumas áreas de mineração de diamante e ouro ao redor de Catalão e Água Suja, diagnosticando reservas extensas de carvões, metais e minerais na região. Ao passo que a tranquilidade provinciana da região que certamente havia levado a Cruls e os seus companheiros da Comissão a contrapor o idílio pitoresco às imagens desfavoráveis do interior brasileiro como insalubre e desértico, tal qual figuravam as narrativas de viajantes europeus no começo do século XIII (Castelnau, Saint-Hilaire), esta tranqüilidade não obstante contradizia o axioma geo-político de um lugar de potencialidade pura sobre o qual o projeto de mudança da capital estava ancorado. O desafio, assim sendo, se lançava em como se referir ao mesmo tempo ao aspecto pitoresco presente na região, como prova do seu conforto, e renegar esta mesma imagem com vista à futura urbanização, à predestinação ainda incumprida de virar-se no centro vital de um novo Brasil. Assim sendo, já na vinheta introdutória de Glaziou, o caráter 'de parque' da região surge, mais do que como marca de uma paisagem humana, como uma façanha da 'natureza' que se revela espontaneamente ao olhar do cientista que a transforma num indicador de futuro assentamento. No seu informe final, muitos dos membros da Comissão abordaram o problema de forma mais explícita, perguntando-se como uma paisagem que se revelasse 'promissora' pudesse ao mesmo tempo abrigar uma população 'atrasada' – a resposta sendo, naturalmente, que havia sido 'abusada' pela sua população atual. Conforme a explicação oferecida por Cruls, os descendentes dos garimpeiros paulistas, movidos pela 'ganância' e pela falta de interesse em relação ao futuro da área, haviam negligenciado o desenvolvimento da indústria e da agricultura que possibilitariam o florescimento da região.¹³ Enquanto isso Pimentel descrevia a colonização de Goiás se apoiando na linguagem da psiquiatria da época, como um caso de patologia de massa na qual o estímulo da 'opulência efêmera' exercera uma influência corruptora nos costumes e disposições morais da população local, a qual havia eventualmente regredido a um estado "puramente dominado pelos instintos dos prazeres animais" (PCB: 129). É justamente pelo fato da região haver sido vítima dos efeitos consequentes de uma ordem colonial desregulada que ela poderia então ser recuperada através de um discurso de melhoria fomentado pela engenharia sócio-geográfica: os abusos e deturpações sofridos pela região no seu passado e presente transformaram Goiás num emblema dos problemas recorrentes em todo o corpo territorial do Brasil e, desta maneira, a sua redenção pela transformação em centro da ordem ainda invisível de uma modernidade auto-forjada também redimiria o espaço nacional na sua totalidade. A centralidade do espaço 'planaltino', assim sendo, é o resultado de uma constante re-focalização, a in-visibilidade duma presença que deve afirmar continuamente o seu próprio vazio. É exatamente esta relação paradoxal e simultânea marcada por uma presença/ausência que também vai organizar a narrativa visual da expedição Cruls.

Geometria natural

- 12 Ao decidir os contornos do futuro distrito federal, Cruls estava obedecendo aos desejos contraditórios da constituição republicana tentando, de um lado, reconciliar o espaço

político ao espaço 'natural' e, por outro lado, impor a este território reificado uma racionalidade abstrata e utilitária que viesse a se expressar no número arbitrário dos 14.000 km² tal qual o tamanho prescrito para a área do novo centro. Se o projeto total da mudança da capital, em outras palavras, insinuava uma noção de naturalidade do espaço nacional ao qual a nova forma estatal pudesse estar finalmente correspondida, a determinação do tamanho da área antes mesmo de sua localização precisa sugeria a idéia inversa da preminência do espaço político sobre o natural. O centro *natural*, em suma, teria de ser demarcado por limites *artificiais*. Se a primeira questão havia sido convenientemente resolvida pela referência à tradição da *Ilha-Brasil*, Cruls simplesmente aparentava ignorar a contradição conceitual na qual a aderência restrita ao mandato constitucional viria introduzir-lhe. Mesmo que, conforme alegava Cruls, a demarcação da área recomendada dentro dos limites naturais do terreno tivesse sido possível, o tempo havia sido demasiado curto para inspecionar a orografia e hidrografia da região, o que o levou a optar pelas divisões retilíneas que haviam sido adotadas para a delimitação das fronteiras estaduais norte-americanas as quais, argumentava ele, geravam um benefício adicional ao deixar de lado as objeções levantadas pelos governos: “o quadrilátero esférico, preencha melhor o fim que nos propúnhamos, e, pelo seu perímetro constituído por uma forma geométrica regular, tinha a vantagem de evitar para o futuro questões litigiosas” (PCB: 87).

- 13 Na expansão ocidental estadunidense, conforme o sugerido por Paul Carter, a subdivisão retilínea das terras permitiu ao governo federal de acelerar a captura territorial e a estabelecer taxas de impostos, sem precisar de expedições custosas prévias. A terra, da mesma maneira que o trabalho, se tornava então numa comodidade abstrata e quantificável, independentemente da sua fisionomia concreta: a demarcação retilínea, em suma, foi o meio visual que facilitava ao capitalismo imperial de submeter os espaços locais à lógica universal de equivalência.¹⁴ No caso da expedição do Planalto, além do mais, e apesar da relutância de Cruls em admitir a dimensão icônica da sua moldura retilínea, a geometria elementar satisfazia com eficiência assombrosa o objetivo de transformar o espaço no monumento de uma identidade nacional enraizada na natureza ao mesmo tempo que transformando-a através da racionalidade do estado. Evidentemente, porém, quando Cruls enviava sub-Comissões para cada um dos quatro vértices do retângulo, com a missão de cobrir numa linha reta o trajeto do centro às margens e, uma vez ali instalados, cobrir um dos seus ângulos antes de retornar ao ponto de encontro central, as condições concretas do terreno as havia levado a enormes desvios. Conforme se apresenta no mapa ao início do *Atlas* da Comissão [Fig. 1], os limites do retângulo e as trajetórias da expedição quase nunca vinham a coincidir, tanto que o objetivo do itinerário percorrido pela expedição de 'confirmar' o traçado retangular do futuro distrito federal se torna quase que irreconhecível. Na medida em que eles se extraviavam, os itinerários deixavam marcados na própria superfície do mapa os indícios das tensões e conflitos gerados entre o 'espaço' cartográfico do Estado e os espaços percorridos na tentativa de seguir as indicações do mapa.
- 14 No entanto, foram os seguintes 69 planos dos *caminhamentos*, os quais formavam quase que todo o corpo documental do *Atlas*, o mais importante testemunho visual da expedição. A distância a ser percorrida por cada caminhada estava calculada baseando-se nas leituras do podômetro, um instrumento que amarrado em mulas que caminhavam num ritmo de passo regular registrava o número de passos durante cada período de medição. As medições geodésicas e vistas das características prominentes da paisagem serviam, além

disso, para registrar a direção das caminhadas e os níveis de altitude alcançados nelas. Ao invés de combinar estes dados numa única imagem cartográfica, porém, Cruls os apresentou separadamente de modo que cada tabela continha representações que funcionavam em níveis diferentes e de acordo com distintas lógicas visuais. Em seu aspecto mais básico, estes planos estão formados unicamente por duas linhas irregulares que atravessam a página em branco seguindo o seu eixo de orientação, ao passo que outras linhas melhor elaboradas incluem características particulares tal como rios e colinas que são mapeados, a partir de uma perspectiva vertical no sentido do ponto mais alto ao mais baixo, pela maneira em que estes elementos vinham sendo observados durante o itinerário. De vez em quando apareciam também indicados pequenas amostras que documentavam as vistas da paisagem oferecendo também a indicação do ponto de vantagem e ângulo sobre os quais estas paisagens haviam sido esboçadas.

- 15 Também apareciam realçados nas gravuras diferentes tipos de narrativa, registrando algum aspecto particular da área revelada durante a marcha (campos, rios, encruzilhadas), ou ainda acrescentando informações sobre as características do espaço em branco que demarcava o limite da faixa a ser percorrida pela expedição. O caminhamento 38, por exemplo, registra um itinerário cortado por cruzamentos regulares de rios e riachos os quais, além do mais, parecem ter seguido a linha de demarcação de uma fronteira marcada, por um lado, por 'campos', 'estepes', e 'montanhas' –uma alternância de paisagens– e, por outro, por 'uma região infestada de índios', onde a vista da natureza se mantém literalmente obstruída pela presença maligna do outro colonial.
- 16 Apesar do que, em seu minimalismo quase que abstrato, os caminhamentos parecem recordar as formas da cartografia pré-moderna tais como os mapas de estradas medievais, contrariamente a estes últimos, não estavam organizados numa sequência exclusivamente temporal, mesmo que em ambos os casos fosse o corpo do próprio viajante que servisse como medida de distância.¹⁵ Enquanto que o viajante medieval teria registrado a distância em termos do *tempo* levado para cobrir um trajeto de um ponto A a um ponto B, nos caminhamentos o viajante se transforma numa extensão mecânica do aparelho anexado ao seu corpo, numa máquina (imperfeita) cujo movimento permite, eventualmente, calcular a distância *objetiva* entre dois pontos. Parafraseando Foucault, poderíamos afirmar que o corpo aparece submetido a uma 'codificação instrumental' que o transforma numa extensão da disciplina espacial imposta sobre o terreno. Desta maneira, o corpo do viajante pode ser finalmente separado da perspectiva omnividente que traduz o *espaço* produzido pelo seu itinerário num *local* cartográfico, quer dizer, numa linha a qual, sem nenhuma referência à temporalidade, representa através da escala, extensão e direção, a distância *objetiva* entre dois pontos, determinando assim as suas respectivas posições. A atividade do viajante se confunde numa relação biunívoca entre 'pontos' cuja expressão cartográfica é a linha que distingue os objetos cartográficos desprovidos de qualquer coisa que se estabeleça além das suas 'distâncias' e 'posições'. O tempo da produção subjacente à dimensão real ou experimental das relações espaciais, é completamente apagado da página que se mantém, chamativamente, quase que totalmente em branco. Neste gesto inaugural –o traçado de um itinerário– a cartografia deixa de lado (ou melhor, internaliza e abstrai) as relações sociais da sua própria fabricação e classifica o vazio enquanto natureza. A imagem cartográfica se transforma, então, num fetiche: a transcrição territorial que precede e exclui o social, o mandato ineludível da terra.

- 17 Por que, no entanto, a necessidade de viajar a terras remotas no meio do inverno, carregando equipamentos pesados por milhares de quilômetros, somente para produzir uma pilha de desenhos quase que abstratos, representando itinerários através de um retângulo vazio, autoconsciente de sua ficcionalidade cartográfica? O que, exatamente, teria de ser ‘confirmado’ no local, quando o que havia sido recomendado à expedição para definir –o futuro centro do ainda inexistente Brasil– ficava por definição ausente numa realidade física que, em contraste, só poderia ser brandida enquanto atrasada e insatisfatória? Se a decisão sobre a localidade e extensão do distrito da capital havia sido previamente decidido segundo o modelo abstrato e exclusivamente quantitativo das fronteiras retilíneas estadunidenses (as quais, tal qual o próprio Cruls chega a admitir, por outro lado continuavam a tradição colonial de demarcação especulativa das capitâneas portuguesas); se, em outras palavras, as fronteiras haviam sido conscientemente estabelecidas numa completa ignorância das unidades físicas ou culturais e dos obstáculos existentes na região, por que então a necessidade da experiência física do que era, por definição, uma imposição do *nomos* sobre o *physis*? Qual haveria sido a razão da expedição do Planalto?
- 18 Existem, ao meu ver, pelo menos três respostas a estas questões. A nível mais imediato, os mapas do *Atlas* da Comissão eram –como todo trabalho cartográfico– produto de uma inversão constitutiva: como vimos, aquilo que supostamente antecede (o ‘espaço’ cartográfico, a expressão gráfica da conjectura entre pontos ou ‘locais’ mutualmente relacionados e diferenciados) é tão somente o resultado, o produto reificado, da prática viageira que, em câmbio, aparece representado enquanto sua mera ‘confirmação’. Nas narrativas cartográficas da exposição de Cruls, esta convenção de apagar seu próprio modo de produção ao determinar um espaço-objeto que antecede à sua própria ‘descoberta’, nos dá a impressão de um empreendimento tautológico, quando na verdade o mapa no qual a moldura retangular vinha desenhada foi produzido somente após os caminhamentos. Essa inversão constitutiva da cartografia moderna se evidencia na ordem das tabelas, onde o mapa do Brasil e da região, mostrando as trajetórias da expedição em direção e através do retângulo simultaneamente juntos [Fig. 1], antecede os itinerários das caminhadas individuais que porém possibilitam a visão sintética. A tarefa da expedição, em resumo, não foi propriamente a de verificação do retângulo mas a da produção de uma superfície cartográfica na qual este retângulo pudesse ser inscrito: a super-codificação, em termos de uma ordem de representação abstrata e quantitativa, de uma espacialidade local confinada em grande medida ao seus modos concretos de uso (as técnicas mnemônicas dos pastores de gado, por exemplo, ou a geologia leiga dos escavadores de ouro e diamante). O espaço em branco dos caminhamentos se apresenta, desta forma, não como indicação duma falta de conhecimento, mais enquanto uma primeira instância de apropriação que tornará possível a imagem apreendida, que no informe da Comissão aparece primeiro.
- 19 Embora, se a cartografia da Comissão do Planalto deva se analisar enquanto um exemplo emblemático da captura estatal do ‘espaço fronteiriço’, o aspecto singular de sua missão – definir o novo centro do território nacional– também requer uma análise mais detalhada sobre o *performance* implicada nas suas viagens e explorações. De fato, sugeriria, nas longas caminhadas da Comissão através de campos é manifestada uma viagem ritual às margens do território e da sociedade brasileira afim de redimir a nação da culpa de seu passado; quase que um rito modernista de conjurar a alteridade no coração da identidade nacional, uma volta ao avesso do espaço nacional visando a renovação e reprodução das

fontes de poder. O seu ‘processo ritualístico’, sendo o de uma Comissão geográfica, aparece exclusivamente confinado ao plano do espaço, embora pudéssemos argumentar que a vida social da expedição, com suas marchas e acampamentos em terras remotas, tenha talvez contido elementos das ‘communitas’ límitadas estudadas por Victor Turner.¹⁶ É exatamente neste sentido de um rito de passagem sobredeterminado, enquanto um drama do estado, que a estranha peregrinação da expedição de Cruls pode ser analisada. Para se ter uma idéia do palco e personagens deste drama, quero agora voltar a minha atenção às narrativas e fotografias que aparecem expostas no primeiro informe da Comissão.

Dupla exposição

- 20 Ou, poderíamos dizer, é sómente através destas fotografias que o informe se torna uma narrativa, e a expedição uma ‘missão’, uma dramaturgia nacional cuidadosamente montada, completa com seus heróis e clímax dramático. A primeira imagem mostrada no volume, ‘Pessoal da Comissão’ nos apresenta as *dramatis personae*, todos posando em trajes cavalheirescos com os seus respectivos nomes expostos ao pé da página (o próprio Cruls aparece na foto, o terceiro a partir da esquerda por trás da primeira fila, destacando-se fisicamente dos outros membros da Comissão).

Figura 2: Pessoal da Comissão



Henrique Morize, ‘Pessoal da Comissão’, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, *Relatório apresentado a S. Ex. O Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas*, Publicado por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts / C. Impressores do Observatorio, 1894..

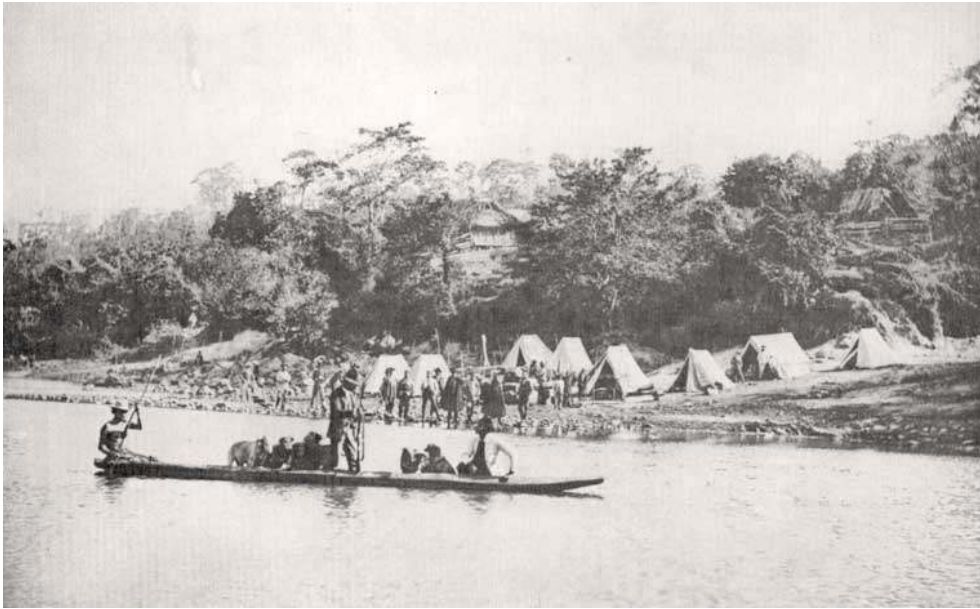
Imagens disponíveis no site Brasília [<http://doc.brasilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1894cruls023fotos.htm>]. Esta imagem: [<http://doc.brasilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1894cruls030pessoal.htm>].

- 21 A foto, tirada por Henrique Morize, astrônomo da expedição, é notável pela sua composição cuidadosa e sutil: os expedicionários aparecem reunidos sob uma copa de árvore semi-circular, e ao longo do eixo do muro de pedra o qual divide a fotografia pela metade. Este eixo horizontal é cortado num ângulo à direita por uma linha vertical de um

caminho que segue, acima da cabeça dos membros da Comissão, através da copa da árvore, esta última dividida em duas metades quase que idênticas. Esta complexa técnica cênica, que nos apresenta muito mais que um mero grupo de viajantes, serve a uma outra função: ela determina de maneira virtual a *cena na qual a expedição vai transcórrer*. Isto porque, de fato, a cruz axial onde ‘se assenta’ a Comissão está medindo a moldura retangular da fotografia exatamente na mesma forma em que, no primeiro mapa do *Atlas*, os itinerários tentam cobrir a superfície do futuro distrito federal com uma coordenada em forma de X partindo do centro em direção aos quatro pontos da bússola. [vide Fig. 1] A fotografia, além do mais, parece também comentar algo sobre a contiguidade da geometria humana com as próprias formas da natureza, pela maneira na qual as árvores que aparecem no plano de fundo da foto se opõem ao mesmo tempo em que complementam o jardim que aparece atrás dos membros da Comissão. O local de encontro ou mediação entre as partes inferior e superior da fotografia, ou entre o espaço ‘natural’ e o ‘engenhado’, é ocupado pelos corpos dos expedicionários.

- 22 Meu objetivo aqui não é, certamente, analisar as intenções de um sujeito autorial, ou identificar o *significado* da fotografia com os motivos que pudessem haver ou não levado Morize a corrigir a pose de seus colegas e escolher o ângulo da sua câmera. Mais bem, é apontar uma certa forma de ordenação que parece se impor quase que de maneira automática em certas formas de leitura do espaço (um “gesto primordial”, como atestaria Lúcio Costa mais de meio-século depois, “que qualquer um faria ao apontar um determinado local, ou ao se apossar dele”), e que, eu gostaria de sugerir, representa o próprio ato de produção do ‘espaço’ estatal, o meio através do qual os espaços de prática são capturados enquanto *locais*. O termo ‘locais’ empregado neste contexto, refere-se à representações limitadas de uma ordem abstrata que estende o seu domínio para além das margens da moldura que haja possibilitado a representação. O espaço abstrato, como sugere Henri Lefêbve, emerge enquanto uma ‘plenitude vazia’ na transferência de certas qualidades antes confinadas ao ‘espaço absoluto’ das localidades sagradas, a um espaço-objeto reificado e totalizante, exatamente na mesma maneira em que a mão-de-obra trabalhadora se encontra submetida sob o capitalismo a um processo de abstração e quantificação. “O espaço abstrato funciona de uma maneira ‘objetificante’ enquanto uma série de coisas/signos e suas relações formais: vidro e pedra, concreto e aço, ângulos e curvas, cheio e vazio.” A composição geométrica, enquanto uma forma des-temporalizada de captura que se aglutina nas relações formais entre volumes e linhas, deixa seu rastro nesta “série (ou estado) de coisas” no “vazio de um espaço natural confiscado da natureza”¹⁷, revelando, desta maneira, a identidade reificada entre a ‘Natureza’ e o ‘Estado-de-Todas-as-Coisas’.

Figura 3: Acampamento às margens do rio Paranahyba



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL, OP. CIT.

Disponível no site Brasília [<http://doc.brazilia.jor.br/Historia/img/cruls049acampaParanahyba.jpg>].

- 23 Esta *revelação* é o tema que aparecerá de maneira variada nas imagens seguintes do informe, onde se observa o grupo de expedicionários disgregando-se na selva e reunindo-se novamente: mais do que um simples retrato da paisagem do Planalto, a visão fotográfica parece expor as diferentes formas de interação entre esta paisagem e os exploradores. As travessias de rios e áreas de acampamento figuram como dois aspectos prediletos a serem captados por Morize, já que, mais do que os outros eventos, permitem exibir numa forma de composição metonímica a alternância entre movimento e descanso que organiza o ritmo da viagem. ‘Acampamento às margens do rio Paranahyba’ [Fig. 4] oferece, neste sentido, uma das imagens mais icônicas em todo o volume: em primeiro plano se observa uma canoa nativa aparentemente navegada por um candongo moreno, levando pelo rio dois exploradores em trajes cavalheirescos um dos quais (Cruls?), numa postura ereta e desafiadora, parece estudar um mapa. No plano de fundo, um outro grupo de expedicionários aparece em pé observando desde as margens, ao passo que atrás deles muitas tendas brancas arrumadas de maneira ordenada contrastam com a folhagem negra da floresta adjacente. As convenções da pitoresca, estabelecidas na última metade do século XVIII por críticos de arte tais como William Gilpin e popularizadas pelos fotógrafos coloniais britânicos e franceses, oferecem os padrões da organização visual: a repartição da imagem em múltiplos planos, dividida pelo jogo de luz e sombra ou pelo uso da folhagem e das rochas para indicar os primeiros planos, criando, desta forma, o local implícito ocupado pelo sujeito observador. Mesmo seguindo à risca as convenções pitorescas tanto em termos de distribuição dos planos naturais quanto pelo uso de modelos humanos para realçar estes planos, os candongos nativos da região, salvo contadas exceções, são deixados de lado em favor dos expedicionários que, ao contrário, ocupam muitas vezes quase toda a imagem – como se observa na fotografia ‘Grupo da Comissão no alto’ [Fig. 5] onde o ‘alto’ citado aparece literalmente impedido de ser visto pela presença dos geógrafos retratados.

Figura 4: Grupo da Comissão no alto



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL, OP. CIT.

Disponível no site Brasília [<http://doc.brazilia.jor.br/Historia/img/cruls061pyreneos.jpg>].

- 24 Assim sendo, poderíamos chamar estas fotografias *estereoscópias*, imagens de uma dupla captura, se o termo não tivesse sido antes empregado em referência à outra técnica imagética. Elas mostram uma paisagem constituída simultâneamente pela sua submissão ao olho-câmera o qual, como no caso do mapa geográfico, reduz estas paisagens a uma projeção bidimensional, e também enquanto ocupada fisicamente pelos operadores desta maquinaria de representação e medição. Uma retórica de auto-referência domina, então, estas imagens: elas retratam a atividade geográfica enquanto uma *prática espacial originária*: uma forma demiúrgica de re-inhabitação, que literalmente *re-presenta*, ou *constitui enquanto espaço* o ambiente no qual esta imagem é tirada.

Figura 5: Acampamento perto de Santa Lúzia



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL, OP. CIT.

Disponível no site Brasília [<http://doc.brazilia.jor.br/Historia/img/cruls095staLuzia.jpg>].

- 25 Uma imagem particularmente intrigante é ‘Acampamento perto de Santa Luzia’ [Fig. 6], dividida em duas metades horizontais, de maneira similar ao retrato da Comissão, por um lote demarcando o limite do vilarejo, representado icônicamente pela sua branca igreja colonial no centro. Em primeiro plano se apresenta uma depressão onde a expedição tem acampado, um outro povoado que aparece netamente separado do primeiro não somente pela diferença de altitude e pela fileira escura de árvores e arbustos que atuam literalmente como fronteira entre a vila e acampamento. Mais importante ainda, a diferença se instala pela maneira em que o acampamento aparece num momento de atividade intensa, com homens e cavalos correndo de um lado para outro, enquanto que o povoado é apresentado pelas fachadas silenciosas servindo apenas como pano de fundo. A imagem nos dá uma estranha sensação de anacronismo, como se uma metade se referisse ao cartão postal elegiaco de uma cidade e a outra metade a um safari romântico. Mesmo assim esta juxtaposição parece ser exatamente o aspecto central da imagem, uma coincidência espacial de dois momentos diferentes na história nacional, o velho e o novo, um legado antigo e um novo ponto de partida.
- 26 O caráter da missão, poderíamos resumir, estava fundamentado sobre dois preceitos: o de registrar, representar e organizar a *presença* das localidades e, ao mesmo tempo, o de *reconhecer* na sua distribuição uma ordem espacial ainda ausente, mas que já prognosticava a eventual captura em nome do estado. Na fotografia ‘Acampamento perto de Sta. Luzia’ esta dupla exposição aparece composta através de uma retórica visual de divisão espaço-temporal da imagem em dois planos opostos. Este caráter binário aparece ainda realçado na narrativa textual que acompanha a imagem, uma narrativa cuja figura mais recorrente é precisamente a dupla alusão às localidades, primeiro pelos seus nomes ‘presentes’ e depois pelas suas características geodésicas. Mesmo assim a relação entre as duas ordens não é de complementaridade mas, ao contrário, uma invalidação parcial do

nome da localidade pela sua caracterização geodésica, uma exposição da arbitrariedade e do aspecto provisional do nome enquanto contrário aos dados funcionais providos pela geografia:

atravessamos [o Paranahyba] no lugar conhecido pelo nome de Pôrto Velho, onde se acha um serviço de lanchão para passagem dos viajantes, animais de sela e cargueiros, e material. Pelas medições a que procedeu a Comissão, achou-se uma largura média de 155 metros; maior profundidade, 12 metros, e velocidade média, na superfície, cerca de 0,80 m por segundo [...] A 13 de julho, véspera de nossa chegada a Catalão, acampamos na fazenda de Mariano dos Casados, cuja altitude barométrica achamos de 490 metros... (PCB: 69)

- 27 De fato, muito dos topônimos que constam no informe da Comissão viriam a desaparecer para ser substituídos por nomes mais programáticos e ‘modernos’ (Planaltina, Brasiliana) durante o período preparatório para a eventual construção de Brasília. No informe de Cruls, o misticismo inerente às medições geodésicas se apresenta como uma re-possessão virtual através da inscrição do nome verdadeiro (um código numérico). Esta dimensão ritual é exposta de maneira explícita nas cerimônias de batismo efetuadas nos vértices laterais do retângulo. O próprio Cruls concebeu o procedimento na forma de um enterro simbólico das escrituras geográficas, as quais desta forma se *tornaram uma com o seu referente*:

Abrir-se-á no terreno uma escavação, tendo um metro de lado e 1,30 m de profundidade e em coincidência com o respectivo vértice. Esta escavação encher-se-á de pedras até um metro de altura e sobre estas será feito um revestimento de leivas, de modo que a vegetação em poucos dias possa encobrir o lugar. No centro da escavação será depositado um documento assinado pelo chefe e membros da turma, em que serão escritas as coordenadas do vértice, *determinadas pela observação* e que será metido dentro de um invólucro convenientemente lacrado. Em seguida a posição do vértice será ligada por meio de visadas feitas sobre serras, morros ou edifícios e por triangulação topográfica com quaisquer acidentes naturais do terreno como sejam rios, cabeceiras, etc., etc., de modo que em toda e qualquer época seja possível descobrir o lugar onde se acham os vértices da área demarcada. (PCB: 91-92; cursivas no original)

- 28 A função prática deste ‘monumento enterrado’ –enquanto meio de orientação *no local* para os futuros usuários do mapa– coincide com a sua função ritual, a inscrição do mapa na ‘natureza’, como uma rubrica secreta enterrada no solo. O regime de visualização que se executa nesta operação não deixa de ter uma maior significância: enquanto se mantém escondida da vista da população local atual (de cujos olhares profanos deve ser duplamente protegida), a escritura detentora da verdade se revela ao público urbano letrado nas páginas do informe de Cruls. É sob a luz deste gesto fundador que nós (enquanto *leitores*, capacitados a ver o novo ‘espaço nacional’ além da sua mera aparência de um espaço natural abandonado) devemos olhar as fotografias de Morize retratando a Comissão nas fronteiras do retângulo. Se estas fotografias não somente apresentam mas também pertencem ao rito de posse que acabamos de descrever; elas tornam, da mesma forma em que os escritos enterrados, estas fotografias tornam visíveis uma ordem-espaço ainda invisível, uma (in)visibilidade que pode apenas prestar ou ‘revelar’ a si mesma (como no caso das ilustrações fotográficas que acompanham o texto) a um olhar distante.

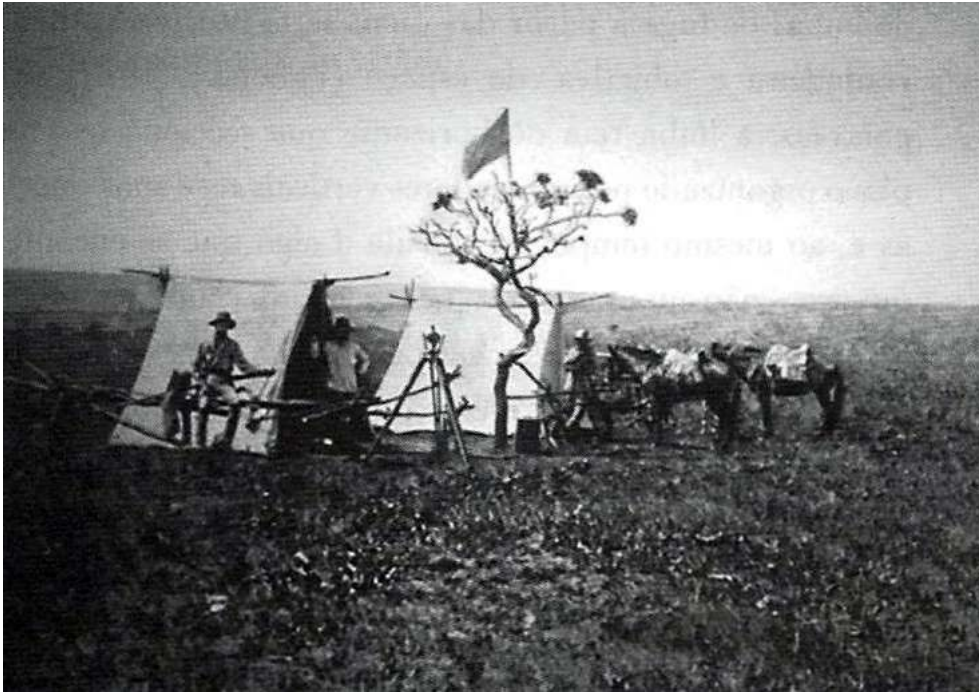
Figura 6: Observatório no vértice NO



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL, OP. CIT.

- 29 Graças a esta substituição, a ocupação momentânea da ‘fronteira’ pelos expedicionários se torna a imagem eterna deste local enquanto uma fronteira-lugar, um corte imaginário pelo solo que se torna a casa dos geógrafos (lugar sobre o qual eles haviam construído uma cabana). Na realidade, *nada mais além da geografia* pode habitar este local apoderado do espaço da prática por uma prática de viagem que está ao mesmo tempo se apagando e se exibindo (observe-se daí a posição de um aparelho óptico, um telescópio, no centro do ‘Observatório no vértice NO’). A fotografia transforma a imagem cartográfica numa *paisagem de reificação*, onde o território se funde com a natureza e a vida com o Estado. Talvez no que seja a sua versão mais icônica, este momento fundacional de *habitar o mapa como paisagem* aparece capturado na fotografia ‘Acampamento no vértice SE’ [Fig. 8], onde somente a área de acampamento dos expedicionários interrompe a monotonia sem fronteiras da lhanura. Aqui novamente o poder icônico com o qual esta imagem se apodera do olhar, aparece relacionado, entre outros elementos, à composição geométrica que percorre os eixos horizontais e verticais que se cruzam no centro da cena.

Figura 7: Acampamento no vértice SE



COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL, OP. CIT.

- 30 De maneira similar à cartografia colonial estudada por Thogchai Winichakul, no caso do Planalto Central o “mapa antecedia a realidade espacial, e não o contrário. Em outras palavras, o mapa era um modelo para, ao invés de modelo de, aquilo que pretendia representar.”¹⁸ A geometria da cruz que sub-divide a moldura retangular em unidades menores não é somente o tropo principal para se capturar os espaços de prática, ela é também um princípio comum de ordem que organiza as lógicas representacionais do mapa assim como as da paisagem. Tal como o exposto por Panofsky em seu ensaio de 1925 sobre a perspectiva, a transformação do ‘espaço agregatório’ da antiga visão multi-perspectivista num ‘espaço sistêmico’ linear-perspectivista respondeu à mudança nas ‘logificações’ teóricas do espaço: na idéia de um *corpus generaliter sumptum* o engajamento subjetivo (‘físio-psicológico’) do sujeito observador com o mundo se torna objetivado numa matemática de linhas de fuga a partir das quais a forma verdadeira e ‘objetiva’ do espaço podia ser deduzida.¹⁹ Em outras palavras, a linha reta do horizonte que atravessa o campo visual num plano organizado por indicadores verticais, tanto administra as suas relações mútuas quanto as une em algum ponto que se estende para fora do quadro – não numa outra paisagem adjacente, mas numa lógica diferente de captura, a cartografia, na qual o plano da experiência que se encontra ainda presente na paisagem enquanto uma prerrogativa implícita, é totalmente abandonada em favor de uma imanência codificada e abstrata de representação. Mesmo assim, como vimos anteriormente, é justamente a cruz axial que organiza as coordenadas do cartógrafo, o traço de um encontro, de uma interseção entre dois itinerários, onde o signo de uma prática se inscreve sem o qual o cartógrafo não poderia definir o seu objeto.
- 31 Se, de acordo com o proposto por Foucault, as disciplinas se ocupam de uma inversão de visibilidades, re-direcionando o olhar daquilo previamente absorvido pelo espetáculo do poder personificado no soberano aos efeitos de um poder invisível e abstrato sobre aquilo

que não se apresenta enquanto poderoso, poderíamos então descrever a função da cartografia e da fotografia nos mesmos termos deste ‘funcionamento automático de poder’ revelado por Foucault na sua análise sobre o *Panopticon*. Conforme os argumentos de J. B. Harley, os cartógrafos (e, poderíamos aqui também adir, os fotógrafos de paisagens) “fabricam o poder: eles criam um panopticon espacial. É um poder arraigado no mapa-texto. [...] O poder vem do mapa e atravessa a maneira pela qual os mapas são feitos.”²⁰ Ainda assim, como nos dispositivos panópticos do arquipélago carcerário de Foucault, esta economia de troca de poder se torna invisível nas produções de espaço na segunda metade do século XIX através da sua própria automatização, graças à substituição da função mediadora do sujeito viajante pelos aparelhos de captura que afirmam apenas transcrever a língua silenciosa da ‘natureza’. Este ‘estado de coisas’ investido com poder e sobreposto à relação que existe, de maneira prática e mnemônica, entre os habitantes e o seu ambiente espacial, é colocado, quase que literalmente, no centro da nação-estado, dado sua construção enquanto ausência radical de relações sociais, enquanto imediatidade pura e ‘objetiva’, podendo, desta maneira, fornecer a lei que re-constitui uma sociedade submetida ao estado.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio (1998). *Homo sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford, Stanford University Press.

AMÉRICANO DO BRASIL, Antônio (1961). *Súmula da história de Goiás*. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura.

CARTAR, Paul (1987). *The Road to Botany Bay: an Essay in Spatial History*, London, Boston, Faber & Faber.

CRULS, Luiz (1957), *Planalto Central do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympo,.

_____, (1901) “Amazônia”, in: *A Federação*, 4 de maio de 1901. In: CRULS, Gastão, *Luiz Cruls: esboço bibliográfico*.

COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL (1894). *Relatório apresentado a S. Ex. O. Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Publicação por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro, H. Lombaerts / C. Impressores do Observatório.

_____, (1894b). *Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada*. Publicado por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro, H. Lombaerts / C. Impressores do Observatório.

CORTESÃO, Jaime (1965). *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco.

De CERTEAU, Michel (1990). “Pratiques d’espace”, in: id., *L’invention du quotidien: arts de faire*. Paris, Gallimard.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1980). *Mille plateaux: capitalism & Schizophrénie II*. Paris, Editions de Minuit

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes (2002). “A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: a civilização a caminho do sertão”. *Estudos - Humanidades*, 29; 239-261, Goiânia.

FOUCAULT, Michel (1975). *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard.

GRUZINSKI, Serge (1993). *The Conquest of Mexico: The Incorporation of Indian Societies into the Western World, 16th-18th Centuries*. Cambridge, Polity Press.

HARLEY, J. B. (1992). “Deconstructing the Map”, in: BARNES, Trevor J. & DUNCAN, James S. (eds.),

Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape, London, New York, Routledge.

LEFÈBRE, Henri (1991). *The Production of Space*. Oxford, Blackwell.

MITCHELL, Timothy (1989). *Colonising Egypt*. Cambridge, Cambridge University Press.

PANOFSKY, Erwin (1927). *Die Perspektive als symbolische Form*. Leipzig und Berlin, B. G. Teubner.

POULANTZAS, Nicos (1978). *State, Power, Socialism*. London, New Left Books.

SAID, Edward (1975). *Beginnings: Intention and Method*. New York, Basic Books.

SCHMITT, Carl (1974). *Das Nomos von der Erde*. Berlin, Dunker & Humboldt.

TOMASCH, Sylvia e GILLES, Seally (eds.) (1998). *Text and Territory: Geographical Imagination in the European Middle Ages*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

TURNER, Victor (1969). *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. New York, Aldine.

WINICHAKUL, Thongchai (1988). *Siam Mapped: a History of the Geo-Body of Siam*. Sidney, University of Sidney Press.

NOTAS

*. Agradeço a Alvaro Fernández Bravo, Florencia Garramuño e Luciana Martins pelas suas leituras críticas e sugestões, e a Aquiles Alencar Brayner pela tradução deste trabalho.

1. Edward Said, *Beginnings: Intention and Method* (New York: Basic Books, 1975).

2. Luiz Cruls, “Relatório do Dr. L. Cruls” [1894], in: id., *Planalto Central do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympo, 1957: 65. Todas as outras citações são referentes a esta edição que será indicada pela sigla PCB seguida pela página correspondente.

3. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, *Relatório apresentado a S. Ex. O Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas*. Publicado por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts / C. Impressores do Observatorio, 1894. Um outro volume foi publicado em 1896.

4. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, *Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada*. Publicado por L. Cruls, Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts / C. Impressores do Observatorio, 1894.

5. Timothy Mitchell, *Colonising Egypt*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989: 60.

6. *ibid.*: 44-45.

7. Carl Schmitt, *Das Nomos von der Erde*. Berlin, Duncker & Humbolt, 1974:48; também Giorgio Agamben, *Homo sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford, Stanford University Press, 1998: 18-19.

8. O trabalho de Jaime Cortesão exemplifica e resume esta tradição discursiva; ver por exemplo a sua *História do Brasil nos velhos mapas*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

9. Luiz Cruls, “Amazônia”, in *Federação*, 4r de maio de 1901 (citado em Gastão Cruls, “Luiz Cruls: escôrcço bibliográfico”, op. cit.: 24).

10. Gilles Deleuze & Félix Guattari, *Mille plateaux: capitalisme & Schizophrénie II*. Paris: Editions de Minuit, 1980.

11. Michel de Certeau, “Pratiques d’espace”, in: id., *L’invention du quotidien: arts de faire*. Paris, Gallimard, 1990: 137-191.

12. Sobre a história de Goiás durante os períodos colonial e imperial, ver Antônio Americano do Brasil, *Súmula da história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual d Cultura, 1961.

13. Sobre os relatórios produzidos por outros membros da Comissão, ver Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, “A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: a civilização a caminho do sertão”, *Estudos - Humanidades* (Goiânia) 29 (2002): 239-261.

14. Paul Carter, *The Road to Botany Bay: an Essay in Spatial History*. London, Boston, Faber & Faber, 1987: 12.

15. Sobre as representações medievais do espaço geográfico ver Sylvia Tomasch e Seally Gillesd (eds), *Text and Territory: Geographical Imagination in the European Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998. Uma alternância similar entre personificação e formas objetivas de registrar distâncias pode ser também observado nas práticas ‘híbridas’ de mapeamento da América no período que precede a conquista; ver, por exemplo, Serge Gruzinski, *The Conquest of Mexico: The Incorporation of Indian Societies into the Western World, 16th-18th Centuries*. Cambridge: Polity Press, 1993.
16. Victor Turner, *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*, New York: Aldine, 1969.
17. Henri Lefêbvre, *The Production of Space* (transl. D. Nicholson-Smith). Oxford, Blackwell, 1991: 49.
18. Thongchai Winichakul, *Siam Mapped: a History of the Geo-Body of Siam*, Sydney, University of Sydney Press, 1988: 310.
19. Panofsky, “Die Perspective als ‘symbolische Form’”: 258-352.
20. J. B. Harley, “Deconstructing the Map”, in: Trevor J. Barnes & James S. Duncan (eds.), *Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape*, London, New York, Routledge, 1992: 224.
-

ÍNDICE

Índice geográfico: Brasil, Brasília, Planalto Central

Índice cronológico: 1889, 1894

AUTORES

JENS ANDERMANN

Birkbeck College, London